

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 24 A 30 DE NOVEMBRO DE 1981
Nº 172 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TRABALHADORES URBANOS

CONDENAÇÃO DE LULA, PROTESTOS, DEMISSÕES: GREVE NA FORA

Os 11 mil metalúrgicos da Ford, em São Bernardo do Campo, pararam ontem a fábrica numa greve geral de protesto contra a demissão de 11 companheiros que lideraram a paralisação na produção na fábrica sexta-feira, em solidariedade aos líderes sindicais condenados pela Justiça Militar. O DOPS, a delegacia regional de São Bernardo e o destacamento da Polícia Militar entraram de prontidão devido à greve. Os metalúrgicos reivindicam também a renovação da garantia de emprego, porque a última garantia que tiveram durou 120 dias, cessando dia 10 passado. Antes do início da greve o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema negociavam com o Departamento de Relações Industriais da Ford a criação de uma comissão de trabalhadores permanente na empresa, com ligação com o sindicato. A empresa tentou impedir o movimento grevista oferecendo emprego aos 11 dispensados na sua unidade industrial de Taubaté, onde produz motores. O turno da noite aderiu à greve ontem, enquanto piquetes se formaram nas portas da fábrica para convencer a não trabalhar aqueles que queriam furar o movimento. (JB - 24/11/81)

ACORDO PÕE FIM À GREVE DA FORD

Readmissão dos 11 trabalhadores dispensados na semana passada, por meio de substituição por empregados voluntários que queiram trabalhar na fábrica de Taubaté; compromisso, por parte da empresa de não efetuar demissão sem antes entrar em contato com a comissão de fábrica e com a diretoria do sindicato; possibilidade de a Ford Brasil estudar uma melhor proposta sobre redução da jornada de trabalho. Foram esses os pontos básicos das negociações entre a diretoria da Ford e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Jair Meneguelli, e que culminaram com a volta ao trabalho, na madrugada de ontem, dos 11 mil trabalhadores da empresa que haviam entrado em greve no dia anterior, reivindicando estabilidade no emprego e readmissão de 11 operários dispensados na última sexta-feira. A proposta, considerada "insatisfatória" por Jair Meneguelli, foi colocada três vezes em votação, sendo aprovada por cerca de 80% dos grevistas. Mesmo com o retorno ao trabalho, a Ford só terá sua produção normalizada hoje, já que os horistas do turno diurno, que deixaram a fábrica depois das 2 horas, decidiram que irão trabalhar no próximo sábado para compensar o dia de ontem. (ESP - 25/11/81)

VITÓRIA: GREVE PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

A greve da construção civil na Grande Vitória (aglomerado de cinco municípios em torno da Capital) atingiu ontem, no segundo dia, seu ponto máximo, com a paralisação total das obras, inicialmente pela ação dos operários com os piquetes, e posteriormente por decisão do próprio sindicato patronal, que resolveu exigir a paralisação das empresas que tinham possibilidades de funcionar. Estão em greve 43 mil operários, parte do qual esteve pela manhã no Colégio do Carmo, no Centro de Vitória, na assembleia dos trabalhadores da construção civil. Os esforços do comando de greve eram no sentido da paralisação atingir também os municípios mais distantes. Na assembleia, foram exibidos seis operários espancados pela polícia no piquete da greve da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Embora tenha declarado que o diálogo com os empregados da construção civil esteja interrompido por causa da greve - "ela é uma ruptura nas negociações" - o presidente do sindicato patronal, Crisógono Teixeira

Cruz, ex-Prefeito de Vitória, disse que eles estão dialogando com a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Espírito Santo. (JB - 25/11/81)

COMANDO DE GREVE DOS PROFESSORES CONSIDERA VITÓRIA PARCIAL

O comando geral da greve, em Brasília, considerou a decisão do governo uma vitória parcial do movimento dos docentes e, de hoje até amanhã ao meio-dia, todas as universidades federais autárquicas realizarão assembleias para deliberarem sobre a continuidade ou não da paralisação. Na opinião do presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Osvaldo Maciel, os professores decidirão pela volta às aulas, pois só se justifica a manutenção de uma greve quando existem ainda perspectivas reais de novas conquistas, o que não acontece no momento. Amanhã, a partir das 14 horas, em Brasília, o comando volta a se reunir para avaliar os resultados das assembleias e, nesse mesmo dia, transmitirá a todas as associações de docentes a decisão final sobre o movimento. Osvaldo Maciel ressaltou que cada assembleia é soberana para efetivar qualquer proposta e que a decisão nacional levará em consideração a tendência apontada pela maioria. O MEC vinha afirmando aos docentes que a revelação do índice que seria concedido à categoria só seria possível após a divulgação, pelo governo, do índice de aumento do funcionalismo público. Essa antecipação, segundo o presidente da Andes, é um fruto concreto do movimento e demonstra que era possível antecipar essa solução. A protelação - de acordo com ele - tinha como objetivo esvaziar o movimento. (FSP - 26/11/81)

TRABALHADORES RURAIS

NOVA ONDA DE CRIMES NA BAHIA: POSSE DA TERRA

Nova onda de crimes ligados a conflitos pela posse da terra está causando intranquilidade no povoado baiano de Eunápolis, 600 quilômetros ao Sul de Salvador. Dois posseiros da região, que mataram um pistoleiro que os ameaçava, encontram-se encurralados há uma semana no escritório do advogado de ambos, jurados de morte por jagunços a serviço do fazendeiro Idelci Nogueira. A situação é de grande tensão e ontem mesmo chegou à cidade um delegado de Segurança Pública para assumir o controle da situação. Por outro lado, a seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil pediu ontem ao secretário de Segurança, coronel Durval Matos, a substituição de todos os policiais civis e militares da região. Contingentes policiais vêm sendo deslocados de municípios vizinhos para reforçar a segurança em Eunápolis, ameaçada pela presença de dezenas de pistoleiros. A OAB entende que, por ter ligações com os pistoleiros e inclusive por manter acordos tácitos com eles, os policiais da região não têm o controle efetivo da situação e não podem dar segurança ao advogado Arnaldo Soares, contratado para defender os dois posseiros e também ameaçado de morte. (ESP - 25/11/81)

50 FAMÍLIAS PRESSIONADAS POR JAGUNÇOS

O Bispo de Barreiras (Bahia) Dom Ricardo Weberger, denunciou ontem a pressão exercida por jagunços, a mando do fazendeiro Alfred Burke, que impediam o acesso de mais de 50 famílias a uma área que cultivam há cerca de 40 anos, no Município de São Desidério, quase 1 mil quilômetros da Capital. Ele informou o fato ao Governador baiano e, no sábado, a po

~~Lícia foi ao local e desarmou parte dos jagunços. Porém, horas depois,~~ um avião começou a dar vôos rasantes sobre os lavradores, impedindo-os de voltar para a área. O Bispo afirmou que nem todos os pistoleiros perderam suas armas, o que atemoriza os lavradores, impossibilitando-os de ordenhar as vacas ou cultivar o feijão e a mandioca. A área, com quase 10 mil hectares, vem sendo disputada na Justiça pelo fazendeiro Alfred Burke há cerca de três anos. Ele diz ter uma liminar concedida pela Comarca de Barreiras que lhe garante a posse do terreno, mas o Bispo afirma que o Tribunal de Justiça do Estado a cancelou. (JB - 24/11/81)

CONTAG CRITICA O SUBSTITUTIVO PARA USUCAPIÃO

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, afirmou ontem, em Florianópolis, que o substitutivo do projeto de usucapião rural, aprovado anteontem no Congresso, não irá solucionar o problema das terras no País, pois as áreas em litígio estão fora do projeto, aplicável apenas a áreas abandonadas e ocupadas sem oposição. Ele criticou o projeto de usucapião "limitado desde a sua origem", uma vez que só se aplicava às terras devolutas, não atingindo as públicas cadastradas, particulares e áreas consideradas de segurança nacional. Posteriormente passou a disciplinar também as áreas particulares, através do trabalho de uma comissão mista integrada pela Contag, "mas mesmo assim os conflitos sociais vão prosseguir porque ocorrem em áreas contestadas onde não se pode aplicar o usucapião", explicou. O presidente da Contag ressaltou que os conflitos sociais em torno da terra estão aumentando sensivelmente a cada ano. Revelou que em 1980 o órgão tomou conhecimento de 95 casos envolvendo 20 mil famílias, enquanto este ano, já existem 257 denúncias, até agora, atingindo 40 mil famílias, mais de 200 mil pessoas. (FSP - 28/11/81)

LEGISLATIVO APROVA PROJETO PARA USUCAPIÃO

O projeto do Executivo que institui o usucapião especial (cinco anos) foi aprovado ontem pelo Congresso, nos termos do substitutivo do senador Jutai Magalhães (PDS-BA), que inclui as terras particulares como passíveis de serem usucapidas. O deputado Sérgio Cardoso de Almeida (PDS-SP) que, na véspera, havia impedido a votação da matéria, através de um pedido de verificação de quórum, tentou o mesmo expediente, com o apoio de 23 deputados, mas não obteve êxito: o substitutivo teve na Câmara 212 votos a favor contra apenas 7 e, no Senado, foi aprovado simbolicamente pelo voto dos líderes, pois o deputado Cardoso de Almeida não conseguiu os cinco senadores para requerer a votação nominal. Os deputados que se juntaram a Cardoso de Almeida para derrotar o substitutivo (eles desejavam a aprovação por decurso de prazo do projeto original, que não incluía as terras particulares na proposição) são do PDS. (FSP - 27/11/81)

FLAGELADOS "FANTASMAS" NO NORDESTE

A Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará denunciou a existência de trabalhadores "fantasmas" incluídos no plano de emergência do Ministério do Interior, administrado pelo Gescap - Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas. Ontem, a diretoria da Federação esteve reunida em Fortaleza para avaliar o trabalho desenvolvido pelo Gescap e pelo governo do Estado no atendimento às vítimas da seca. "A situação é insuportável", disse o presidente Eurico de Souza, ao lembrar que a Região está ultrapassando os mil dias de seca: "são três anos consecutivos de frustrações. O homem do sertão está descapitalizado, vivendo com irrisórios salários pagos pela emergência". Grande parte da reunião dos trabalhadores rurais cearenses foi dedicada à apreciação de denúncias de ir-

regularidades no plano de emergência. Souza repetiu várias vezes ter solicitado uma pessoa credenciada do Gescap para acompanhá-lo até as frentes de serviço, para constatar as irregularidades. "Já mandei convites, memorandos e até ofícios, mas não obtive nenhuma resposta do Gescap. Isso nos leva a crer que o órgão encarregado de dar assistência aos flagelados está acobertando essas irregularidades", afirmou o presidente da Federação, ao garantir poder apontar centenas de trabalhadores-fantomas. "Tem até vereador do PDS recebendo dinheiro da emergência", contou Souza, e afirmou que o Gescap pode afastá-los. (ESP - 25/11/81)

ÍNDIOS

ATAQUE INDÍGENA NO ACRE

Armado de revólveres, espingardas e facões, um grupo de índios catuquina, do município de Feijó, no vale do Juruá, no Acre, começou a atacar famílias de colonos que habitam sua reserva, ainda não demarcada, queimando roçados e barracos e advertindo sobre novos ataques. Os índios são chefiados pelo cacique Bruno, que deseja expulsar todos os colonos da área. Sábado passado, um índio catuquina passou pelas casas dos colonos avisando que seu grupo ia colocar tudo abaixo, caso não abandonassem o local. Os ataques, segundo o índio, seriam intensificados esta semana. Os posseiros Antonio Thaumaturgo e Luis Gomes, entre outros, já foram atacados e estão preparando-se para resistir aos próximos ataques. (ESP - 25/11/81)

FUNAI NÃO DEVERÁ IMPEDIR ACESSO DE MISSIONÁRIOS EM ÁREAS INDÍGENAS

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, Paulo Suess, disse ontem que recebeu a garantia do presidente da Funai, coronel Paulo Leal, de que os missionários que trabalham nas áreas indígenas não serão mais impedidos de ter acesso às reservas e postos da Funai, como estava ocorrendo no Mato Grosso do Sul, e outros Estados. O coronel disse ao dirigente do Cimi que a partir de agora, caberá aos bispos comunicarem à Funai os nomes dos novos missionários que pretendem trabalhar nas áreas indígenas. A Funai, segundo o coronel, não colocará qualquer tipo de obstáculo. "Esta decisão, disse o secretário do Cimi, mostra que o coronel Paulo Leal quer desenvolver uma política indigenista baseada no diálogo e voltada para o bem-estar do índio". Paulo Suess disse, ainda, que o novo presidente está disposto a conversar sempre com as comunidades indígenas antes de elaborar qualquer programa de apoio referente a elas. "Levamos ao presidente da Funai - disse o secretário do Cimi - a nossa preocupação no sentido de que as áreas indígenas sejam demarcadas com urgência, pois a garantia das terras é essencial para a sobrevivência das comunidades tribais." (ESP - 24/11/81)

TFR NÃO JULGA AÇÃO CONTRA CRENAQUES

O Tribunal Federal de Recursos julgou-se incompetente, ontem em Brasília, para examinar e decidir sobre a situação dos índios Crenaques, que, há alguns meses, deixaram sua habitação na fazenda Guarani, em Minas Gerais, transferindo-se para um local denominado Barra do Sempre Verde, no município de Resplendor, no mesmo Estado. Afirmou o TFR que o mandato de segurança impetrado pela Funai em favor dos índios não era de sua competência e determinou a remessa dos autos para a justiça estadual mineira, que deverá resolver o litígio entre os indígenas e o pró-

~~proprietário das terras~~, Balbino Leignier de Lacerda, que afirma ser o dono legítimo do imóvel rural de 212 hectares situado a margem esquerda do rio Doce. Ele também diz que os índios na verdade não se instalaram em suas terras, mas numa propriedade vizinha da Fundação Rural Mineira - Ruralminas. Há mais ou menos seis meses, acentuou, os Crenauques invadiram os limites da Ruralminas, instalando-se em casas em ruínas. (ESP - 25/11/81)

REUNIÃO DO CIMI

Sob a presidência de dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, reúne-se hoje em Brasília o Secretariado Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Um dos assuntos da pauta da discussão se refere à demarcação de terras dos índios tapirapé, de Santa Teresinha (MT), que até agora não aceitaram os limites da nova reserva. A demarcação está sendo feita por uma equipe do Serviço Geográfico do Exército. A definição dos limites foi decidida pelo ex-presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, em agosto. A definição não é aceita, pois segundo o cacique José Pio, "mais da metade da reserva passa o ano inteiro inundada". O cacique rei vindica 700 hectares na parte leste, mas essa área foi anexada à fazenda Tapiraguaia, cujo proprietário vem desde 1972 disputando terras com os índios. Outro assunto diz respeito à decisão do novo presidente da Funai, coronel Paulo Leal, de suspender a proibição da entrada de missionários em áreas indígenas. A proibição atingia missionários que atuam em Mato Grosso do Sul, Pará, Amapá e Espírito Santo. (FSP - 25/4/81)

MOVIMENTOS POPULARES

AUMENTO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS GERAM VIOLENCIAS NO MA

Mais 30 ônibus foram apedrejados no início da noite de ontem em São Luís do Maranhão, como protesto contra o aumento das passagens nos transportes coletivos, fazendo com que toda a frota que serve a cidade fosse recolhida às garagens, deixando a população inteiramente sem transportes. Tropas de choques da Polícia Militar do Estado foram mobilizados para garantir a ordem e foram feitas várias prisões, inclusive a do vereador Hécio de Jesus Silva, do PT. Ele foi detido por dois policiais a paisana, que o algemaram e o levaram para o Dops, onde permaneceu incomunicável. Hécio de Jesus Silva foi preso no momento em que tentava dispersar um grupo de manifestantes, em frente ao prédio da Prefeitura. Pouco antes da prisão, o vereador do PT dizia que não podia mais se expor, pois acreditava estar muito visado pela polícia, e que tinha a intenção de pedir um habeas corpus preventivo. (ESP - 27/11/81)

IGREJA

PACOTE ELEITORAL CONDENADO POR BISPOS

Num comunicado de 30 linhas, o Conselho Permanente da CNBB condenou ontem "o pacote de novembro". A nota foi redigida pela manhã e substituiu o documento conclusivo sobre a reunião do Conselho. Ao distribuí-la, dom Ivo Lorscheiter, presidente da entidade, ressaltou que "o comunica-

do retrata a continuidade de posição da CNBB, mesmo em face das mudanças propostas pelo governo. Mudam as circunstâncias externas mas a CNBB não altera sua posição, tanto assim que, em momento diferente de agosto, o documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política" serve para o momento atual". Parte do comunicado diz que "não cabe à Igreja opinar sobre aspectos técnicos da lei eleitoral. No entanto, sob o ponto de vista ético, deve-se afirmar que "todos os casuísmos orientados para favorecer minorias e impor restrições artificiosas, que deformam a genuinidade da vontade popular, são antidemocráticas e, como tal, inaceitáveis". (FSP - 27/11/81)

BISPOS TEMEM PLANO CARAJÁS

"Uma análise objetiva do Projeto Carajás, como está esboçado, e vem sendo conduzido, levanta algumas dúvidas e desperta sérias inquietações" - diz o documento divulgado pelos onze bispos do Maranhão que mostra as "implicações pastorais do Projeto Carajás". Os religiosos estiveram reunidos durante três dias no Centro de Treinamento de Líderes, em São Luis, e destacaram o temor "de que a população não venha a participar dos benefícios advindos com a exploração mineral". (FSP - 30/11/81)

COMEÇOU JULGAMENTO DOS PADRES FRANCESES

Sob um rígido esquema de segurança, começou ontem cedo, na 8ª Circunscrição da Justiça Militar da capital paraense, o julgamento dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Goriou, e de 13 posseiros do Araguaia, todos enquadrados na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de incitamento à desobediência coletiva das leis, inconformismo político e homicídio e tentativa de homicídio. Os posseiros são acusados de terem emboscado agentes federais e funcionários do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins na tarde de 13 de agosto último, na localidade de Cajueiro. Para os padres, a acusação é de haverem incitado os posseiros. Interrogados pela manhã, os posseiros reconheceram que dispararam suas armas, mas negaram que o tivessem feito contra os agentes federais e os funcionários do grupo de terras. Alguns acusaram os padres de tê-lo incitado, mas outros não o fizeram, afirmando que nem sabiam porque estão sendo processados. (FSP - 26/11/81)

POLÍTICA NACIONAL

PACOTE ELEITORAL SURPRESA ASSEGURA VITÓRIA DO PDS

Ao romper inesperadamente as negociações com a Oposição e rever compromissos já assumidos por seus líderes, o Presidente João Figueiredo decidiu enviar ao Congresso um pacote de reforma da legislação eleitoral, que obrigará o eleitor a votar num só Partido para vereador, prefeito, deputado, senador e governador. A medida assegura a vitória do PDS nas eleições de 1982 e tritura a Oposição. O pacote exigirá que os Partidos apresentem candidatos a todos os cargos. Assim, o que não apresentar candidato a vereador e prefeito num município - há 3 mil 956 no Brasil - não poderá ser votado neste município. O Governo espera que o pacote seja aprovado, ainda que por decurso de prazo, e o Presidente Figueiredo exigiu do PDS fechar questão sobre ele e mais os projetos de seu interesse em tramitação: a Lei das Inelegibilidades e a criação do Estado de Rondônia. Não admito ser encurralado pela Oposição, disse Figueiredo na reunião do Planalto com dirigentes do PDS, tão surpreendidos pelo pa

~~cote quanto os da Oposição. O Presidente acusou as oposições de não con-~~
tribuírem para a abertura. O presidente do PDS, Senador José Sarney, co-
mentou que a Oposição ainda manterá condições de conquistar alguns Esta-
dos, mas a posição do PDS melhorou consideravelmente. Há todos os indí-
cios de que, apesar de inesperada, a decisão do Governo de baixar o pa-
cote foi longamente amadurecida. Ainda pela manhã, o Ministro Abi-Ackel
se reunira com a Oposição sobre a reforma eleitoral. Apesar de divergên-
cias - como a elegibilidade de líderes sindicais punidos - havia espe-
ranças: o presidente do PP, Senador Tancredo Neves, chegou a anunciar
que o acordo estava feito. Abi-Ackel foi expor ao Presidente o resulta-
do da reunião. Em seguida, teve de comunicar à Oposição a imprevista de-
cisão governamental de baixar o pacote. O PDS foi convocado ao Planal-
to. Os líderes do Partido ouviram as explicações de Figueiredo em silên-
cio e lhe prometeram aprovar seus novos projetos de reforma eleitoral.
No Congresso, a Oposição passou rapidamente do aturdimento à reação emo-
cionada. O líder do PMDB, Senador Marcos Freire, defendeu a obstrução
"total e absoluta" do Congresso. O Senador Franco Montoro falou num
"golpe baixo" e o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, qualificou o
pacote de um novo Pearl Harbour. Tancredo Neves recordou-se da guerra
entre Paulistas e Emboabas, no século XVIII, e disse que a Oposição foi
conduzida ao Capão da Traição. A Oposição cogita de fundir-se num só
Partido - o que a lei ainda permite, mas é muito difícil de ser consegui-
do, na prática. (JB - 26/11/81)

OPOSIÇÃO REAGE AO PACOTE ELEITORAL

As bancadas do PMDB e do PP no Senado, reunidas ontem por iniciativa do
líder Marcos Freire, decidiram propor "a obstrução total dos trabalhos
parlamentares no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional, nas Assem-
bléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, ressalvados os projetos
de excepcional interesse público e popular a critério das lideranças".
Foi iniciada, desde logo, a obstrução dos trabalhos no Senado. As ban-
cadas do PMDB e do PP decidiram, também, propor aos presidentes dos par-
tidos de oposição a realização imediata de uma reunião para estudar a
fusão dos partidos e a realização de uma ampla campanha de mobilização
popular, "em defesa do voto livre, em conjunto com entidades representa-
tivas da sociedade civil". Essa foi a primeira consequência da decisão
do presidente Figueiredo de vincular totalmente o voto nas próximas elei-
ções. O Senado recebeu surpresa, perplexo e estarrecido, a notícia do
rompimento das negociações entre o governo e as oposições. Com a presen-
ça maciça de senadores, os debates foram tensos e começaram com um pro-
nunciamento do líder Marcos Freire, do PMDB, para quem o governo apli-
cou "um golpe virtual nas instituições e o apunhalamento da prometida
abertura política". (ESP - 26/11/81)

OUTRAS

DESEMPREGO FAZ CRESCER DOENÇA DE ASSALARIADOS

Neuroses, insônias, taquicardias e distúrbios gastrointestinais são al-
guns dos problemas de saúde que aumentam entre os trabalhadores neste
período de crise econômica, ante a ameaça de demissões - segundo reve-
lam os médicos do setor. Entre os casos mais graves, eles citam o de um
desempregado que se suicidou tomando soda cáustica, depois de preencher
fichas em 117 empresas, e o de uma mulher que, com problemas na gravi-
dez, recursou-se a tirar a licença aconselhada. Ao primeiro boato de de-
missões em massa, imediatamente o ambulatório médico da empresa fica vã-
zio, diz Júlio César Moses, professor da Faculdade de Saúde Pública da
USP. (FSP - 29/11/81)

OPOSIÇÃO ESTARRECIDA TENTA REACÇÃO A PACOTE ELEITORAL IMPOSTO

Os partidos oposicionistas realizam hoje, em Brasília, uma reunião para examinar todos os aspectos que possibilitem a fusão das agremiações, como a melhor resposta ao "pacote" de reformas políticas que será enviado ao Congresso esta semana. Os presidentes do PMDB e do PP, deputado Ulisses Guimarães e senador Tancredo Neves, respectivamente, já mantiveram os primeiros contatos e acham que a fusão, além de ser a única saída das oposições, é perfeitamente viável. Ao mesmo tempo em que os partidos oposicionistas estudam a fusão, as entidades de classes analisam a possibilidade de uma greve geral no País como protesto ao "pacote", programada exatamente para após o seu envio ao Congresso. Os partidos de Oposição, por sua vez, pretendem efetivar uma ampla mobilização de opinião pública, através de sindicatos, entidades de classes e associações de modo a esclarecer os objetivos do "pacote" e, dessa forma, mostrar que o governo procura artifícios para conseguir sua perpetuação no Poder. Para o presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, as possibilidades de fusão são grandes e existe uma compreensão de todos os partidos em encontrar uma fórmula capaz de responder com firmeza e eficácia ao pacote do governo. A movimentação oposicionista, no entanto, não parece estar sendo vista com preocupação pelo partido governista. "Você pode tirar cinco gênios de dentro de uma garrafa. Mas colocá-los de volta é uma tarefa praticamente impossível", ironizava ontem o líder do governo na Câmara, deputado Cantídio Sampaio, referindo-se à fusão. O deputado Tales Ramalho, líder do PP, admitia ontem em Brasília que é realmente um processo difícil - a fusão - mas dava maior peso ao aspecto técnico. Reconhecia dificuldades no aspecto político, porém sua opinião é de que elas poderão ser superadas. Quanto às dificuldades técnicas, será necessária a ajuda do advogado Arnaldo Malheiros, convocado pelos partidos de Oposição. Malheiros esteve no Tribunal Superior Eleitoral, levantou ali toda a legislação pertinente ao assunto e passou este fim de semana estudando-a. Hoje, já para subsidiar a reunião dos presidentes de partidos oposicionistas ele revelará suas primeiras conclusões. "Acho que a principal questão técnica é quanto ao prazo" - explicou Tales Ramalho. "O PMDB, ainda tem pela frente sua convenção nacional, marcada para o próximo domingo. Isso significa que teremos de esperar pelo menos uma semana antes de uma decisão final." Já o líder do PMDB, Odacir Klein, mostra-se cauteloso. Para consumo externo, se coloca favoravelmente à fusão. Mas como sabe que as dificuldades são imensas, talvez insuperáveis, prefere não falar muito do assunto. Terá sido talvez este comportamento do líder do principal partido de oposição que levou o secretário-geral do PDS, deputado Prisco Viana, a fazer um prognóstico na mesma linha de raciocínio de Cantídio Sampaio: "A fusão é legalmente possível, tecnicamente complicada e politicamente inviável." Quanto ao deputado Airton Soares, representante do Partido dos Trabalhadores, reflete a posição do presidente, Luís Inácio da Silva: a fusão é politicamente desaconselhável. Esta é, aliás, a razão pela qual Lula nem se dará ao trabalho de vir a Brasília nesta segunda-feira; mandará apenas um representante ao encontro dos presidentes oposicionistas, para acompanhar as discussões e explicar a posição do PT. A posição dos líderes do PDT, Alceu Colares, e do PTB, Jorge Curi, acompanha, em linhas gerais, a dos líderes do PP e do PMDB. No Rio, o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, disse ontem que seu partido defenderá hoje, em Brasília, uma posição de fidelidade ao seu compromisso principal, "a construção da democracia e a luta pelo socialismo democrático". (JB - 27/11/81)